



**Comunicação Midiática**

**Revista Comunicação Midiática**  
ISSN: 2236-8000  
v. 13, n. 1, p. 155-171, jan./abr. 2018

---

**Jornalismo Investigativo e a Criação de Sentido na Leitura Social da Cidade**

**Periodismo Investigativo y la Creación del Significado en la Lectura Social de la Ciudad**

**Investigative Journalism and the Creation of a Sense in the Social Lecture of the City**

---

**Myrian Regina del Vecchio-Lima**

Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Mestre em Comunicação Social pela Umesp-SP. Professora do Departamento de Comunicação Social da UFPR e do PPGCom/UFPR e PPGMade/UFPR. myriandel@gmail.com

**José Carlos Fernandes**

Jornalista. Doutor e mestre em Letras e Literatura pela UFPR. Professor do Departamento de Comunicação Social da UFPR e do PPGCom/UFPR.

josecarlosfernandes@terra.com.br

**RESUMO**

Ao analisar interpretativamente três reportagens investigativas, este artigo busca relacionar como a imprensa estabelece visibilidades que permitem “ler” a cidade pelo mapeamento de seus territórios, possibilitando uma organização social urbana que passa pela apreensão das chamadas “urbanidades”. Este tipo de reportagem permite ao leitor se perceber como cidadão, reconhecendo lugares que expressam utopias e distopias urbanas. Infere-se que na ausência destas formas de jornalismo, as chances da leitura social das cidades se reduzem e a vida social urbana se desorganiza.

**Palavras-chave:** cidade; jornalismo investigativo; leitura social.

**RESUMEN**

Al analizar de manera interpretativa tres reportajes de investigación, este artículo busca relacionar cómo la prensa hace visibles los aspectos que permiten “leer” la ciudad por el mapeo de sus territorios, posibilitando una organización social urbana que pasa por la aprehensión de las llamadas “urbanidades”. Este tipo de reportaje periodística permite al lector que si percibi a sí mismo como ciudadano, al reconocer lugares que expresan utopias y distopias urbanas. Se infiere que en ausencia de estas formas de periodismo, las posibilidades de la lectura social de las ciudades se reducen y la vida social urbana se desorganiza.

**Palabras clave:** ciudad; periodismo investigativo; lectura social.

**ABSTRACT**

Analyzing three investigative journalism stories, interpretively, this article seeks to relate, how does the press establishes visibilities that allows the city to be "read" by the mapping of its territories, thus enabling, an urban and social organization that goes through the apprehension of the so-called "urbanities". This kind of story allows the reader to perceive himself as a citizen, recognizing places where utopias and urban dystopias are expressed. It is deduced that in the absence of these forms of journalism, the chances of the social reading of cities are reduced and urban social life becomes disorganized.

**Keywords:** city; investigative journalism; social lecture.

## Introdução

As cidades modernas e a imprensa formam uma unidade. São fartos os relatos que associam a urbe do Barão Haussmann (Paris), a de Cerdá (Barcelona), a de Pereira Passos (Rio de Janeiro) às impressoras Marinonis cuspidando milhares de exemplares, cujas edições cobrem tanto os estrangeiros que desciam nos portos quanto o *basfond*, os cafés, os tipos populares e as elites (Süssekind, 1987). Assim que expirou essa fase “romântica” – na qual os jornais espelham o alvorecer da vida urbana – vingou um jornalismo político, traduzido na expressão “quarto poder” e cujos editoriais se voltaram, a partir da década de 1930, à prática de empossar e derrubar governos (Barbosa, 2007).

Atualmente, as constantes mudanças que moldam a imprensa exigem dos pesquisadores que ultrapassem as constatações em torno dos barões da imprensa, seus conglomerados e interesses ideológicos, de modo a atender a outro imperativo: admitir que, tal como nos seus primórdios, e à revelia das fissuras urbanas, a imprensa segue organizando a vida das cidades, territórios aqui entendidos como marco civilizatório, por serem espaços de vivências políticas, sociais, afetivas e de práticas de urbanidades (Netto, 2012).

Ao problematizar a relação cidade e imprensa, partimos do pressuposto de que as reportagens de lastro permitem ao leitor visualizar a cidade, seus sentidos e problemas, o que altera sua relação com a rua. Ao estabelecer como objetivo deste artigo o exame desta modalidade de reportagem, consideramos que tem parentesco com o jornalismo investigativo. Permite narrativas aprofundadas, capazes de cruzar as entrelinhas socioeconômicas e culturais do ambiente urbano, obtidas pelo mapeamento de espaços, com suas utopias e distopias.

Neste sentido, ampliamos o conceito de jornalismo investigativo, entendido como gênero e prática especializada (Sequeira, 2005), potencializada pelos recursos das tecnologias digitais em rede, nas quais se inserem as técnicas de jornalismo de dados. Inserimos nessa modalidade as reportagens que exploram de maneira investigativa (o que demanda tempo, recursos humanos e vontade de aprofundar as pautas) o levantamento e a leitura da realidade urbana local para dali produzir narrativas que privilegiem informações pouco visíveis, relacionando-as com variáveis socioeconômicas e culturais, de modo a dar sentido aos fenômenos urbanos cotidianos. Tal prática jornalística compreende outras abordagens e temáticas além das investigações espetaculares sobre órgãos públicos e denúncias ligadas a escândalos financeiros, políticos e de corrupção.

Metodologicamente, pela via do qualitativo, após leituras sobre urbanidades e cidades (Netto, 2012; Temer, 2014) e jornalismo (Marocco; Berger, 2008; Meyer, 2007; Chartier, 2014), apresentamos exemplos de reportagens investigativas publicadas em anos recentes pelo jornal *Gazeta do Povo* (Curitiba, PR). O objetivo é enfatizar como tais narrativas promovem leituras que revelam as lógicas econômicas, políticas e socioculturais da cidade. E que, ao investigarem tal fisicalidade, organizam a compreensão pública das problemáticas urbanas. Há indicativos de que na ausência do chamado “bom jornalismo”, as cidades perdem capacidade de organização, troca de conhecimento e tudo o que se define como “urbano” (Davis, 2006).

## A cidade e suas urbanidades

A cidade se caracteriza como um constructo social complexo. Engloba aspectos materiais, econômico-políticos, socioculturais e humanos, que se entrelaçam. Desde maio de 2007, a maior parte dos habitantes vive em aglomerados urbanos, compostos por cidades e

regiões metropolitanas. De acordo com o *2014 Revision of World Urbanization Prospects* da ONU (2014), 54% da população mundial vive em áreas urbanas, com projeção de aumento para 66% em 2050<sup>1</sup>.

Este acelerado processo de transferência da população do campo para a cidade foi marcado por variáveis socioeconômicas e culturais. Livros clássicos, como os do inglês Charles Dickens e os do francês Victor Hugo, registraram, no século XIX, a experiência humana decorrente dessa mobilidade espacial sem precedentes e as radicais transformações dos modos de vida daí decorrentes.

Academicamente, Castells (1972; 1989), Munford (1998), Lefèbvre (1999) e, mais recentemente, Davis (2006) também registraram a história e evolução dos aglomerados urbanos e suas feições atuais em um mundo marcado pela globalização. Assim como pelas novas tecnologias da informação, que trouxeram profundas alterações, incidindo nas sociabilidades e nas formas de mobilização/mobilidade.

Para além das questões históricas, espaciais e territoriais, que preocupam urbanistas, geógrafos urbanos e gestores, buscamos aqui caracterizar a cidade como um *locus* simbólico, um ambiente construído em que, no interior de bairros, avenidas, prédios, circulam toda a gama de subjetividade, misturando-se a estilos de vida e consumo.

Do ponto de vista comunicacional, Canevacci (1993, p. 43) lembra que “a cidade é o lugar do olhar”. Portanto, a comunicação visual é sua maior característica, sendo esta comunicação “a viagem de uma diferença que contém o sentido da informação” (Idem). Ainda que Canevacci, ao discorrer sobre a antropologia da comunicação urbana, coloque suas reflexões sobre uma comunicação que se realiza pela visão e leitura das materialidades da cidade, seus prédios, hipermercados, monumentos, *outdoors* — é possível caminhar em outro sentido, afirmando que a experiência urbana se estabelece a partir das formas de leitura visual da cidade, mas também de sua leitura social. Decodificada a cidade, é possível vivenciar seu cotidiano, encontrando fórmulas de bem viver a cultura urbana.

O consumo da cidade significa a possibilidade de seus habitantes realizarem a leitura de seus espaços, nos quais circulam livremente, moram, trabalham, estudam, divertem-se e vivenciam experiências compartilhadas; como também possam reconhecer espaços de outras tribos urbanas<sup>2</sup> e se situar sobre conflitos e marginalidades. Essa leitura social abriga potencial para se traduzir em práticas mobilizadoras por parte da população, de forma a se lutar pela justiça social urbana.

A cultura das cidades é marcada pelas chamadas urbanidades, caracterizando um *locus* no qual se entrecruzam relações de trocas e conflitos. Tais sentidos de “ser urbano” significam para Netto (2012) o conjunto de expressões culturais que ocorrem e se cristalizam na espacialidade urbana<sup>3</sup>. Uma das dimensões dessas expressões culturais da urbanidade destacada por Netto (2012) é a comunicativa: o ambiente urbano permite a intensificação das práticas relacionais e interacionais, interconectando os atores urbanos e os espaços de trocas simbólicas.

Neste contexto, e já caminhando em direção ao objeto deste trabalho, interessa recorrer a Silverstone (2005). O autor alerta para o fato de que todos nós queremos fazer parte de uma comunidade, seja ela, real ou imaginada — e aqui especialmente, nos referimos a uma comunidade urbana, agora profundamente marcada pela sobreposição de uma comunidade virtual eletrônica, e hibridizada por uma comunidade global. Sobre qualquer tipo de comu-

nidade, o autor pergunta: “Quanto um senso de comunidade, quanto a realidade da comunidade depende de nossa mídia, como agente de significado, participação, mobilização?” (Silverstone, 2005, p. 183).

Ao considerar que todas as comunidades são virtuais, sejam elas *online* ou *offline*, pois estabelecem entre seus membros relações simbólicas, Silverstone (2005) busca no pensamento de Benedict Anderson (1991), criador da expressão *comunidade imaginada*, a confirmação de que tal comunidade nasce com a ascensão da imprensa e é reconstruída a cada dia pela chegada e leitura do jornal diário. Com a teia da web agora envolvendo a tudo e a todos, reforçamos este surgimento “de um espaço simbólico compartilhado” (Silverstone, 2005, p. 185), para nos referir à cidade além de sua materialidade.

Anderson (1991) entende que uma comunidade imaginada se diferencia da real, pois não se estrutura na interação pessoal de seus membros. O autor pergunta: como todas as pessoas de uma comunidade urbana, maior do que uma vila, poderiam se conhecer? Ele se refere à nação como exemplo de comunidade imaginada, e aqui transpomos esse conceito para a cidade, comunidade socialmente construída e imaginada por segmentos da população que se percebem como parte de uma dada tribo urbana. E que tem como cenário para suas experiências partes do território com o qual se identificam e criam relações de pertencimento e de interesses; ou ao contrário, de conflitos e rejeições. Mesmo sem ter uma real interação pessoal, os membros de uma comunidade imaginada compartilham interesses e aspectos identitários, em especial pela ação da mídia.

Podemos entender a dimensão simbólica da cidade como uma comunidade imaginada, construída pela mídia e, em especial, pela imprensa jornalística:

A relação entre comunidade e mídia é fundamental; e talvez, desde o início, com o aparecimento de uma imprensa nacional, o equilíbrio entre as comunidades construídas pelas experiências físicas do face a face, pelas continuidades de uma sociedade imóvel e pelo partilhar do espaço físico e cultura material e aquelas construídas pelo que podemos chamar de imaginários tem se alterado (Silverstone, 2005, p. 184).

Ressalte-se o entendimento de Michel Maffesoli (2014, p. 250), que ao discorrer sobre as redes de relações urbanas afirma que “a constituição dos microgrupos, das tribos que pontuam as espacialidades se faz a partir do sentimento de pertença, em função de uma ética específica e no quadro de uma rede de comunicação”. Forma-se assim o que metaforicamente o autor chama de uma “multidão de aldeias” (p. 251), como continuidade das territorialidades que constituem a cidade.

A partir desses entrelaces conceituais, tentaremos entender, de forma particular, a relação cidade-imprensa, aqui expressa pela reportagem jornalística investigativa, uma das formas de leitura social da cidade e de construção de uma comunidade imaginada, mas, sobretudo, uma organizadora pública urbana.

Antes, porém, é preciso apontar o fluido conceito de jornalismo investigativo, que se altera de tempos em tempos em função das novas realidades sociais, culturais e tecnológicas. Quando não, é apontado como redundante, posto que a investigação é inerente ao jornalismo, o que tornaria a expressão desnecessária.

Em artigo apresentado no I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2014, em São

Paulo, Melo e Monteiro (2014) fazem um levantamento conceitual sobre o termo em questão, no Brasil. Apontam que a origem da tradição investigativa na imprensa é atribuída aos *muckrakers* — repórteres ou escritores americanos que escreviam para expor a corrupção no mundo dos negócios e da política na imprensa estadunidense do início do século XX. Na sequência, apontam a cobertura do caso Watergate pelo *The Washington Post* e o caso Pentagon Papers, pelo *The New York Times*, como marcos do chamado jornalismo investigativo moderno. Esse tipo de investigação demorada, conduzida de forma quase policial, com consulta a fontes muitas vezes anônimas, com amplo apoio de editores e organizações jornalísticas independentes, em busca de denúncias e dedicadas a levar a público escândalos e casos de corrupção, passou, então, a caracterizar o que seria uma reportagem investigativa.

Na revisão bibliográfica sobre a temática, Melo e Monteiro (2014) observaram que nas definições de jornalismo investigativo são “ênfatizadas majoritariamente questões técnicas, relativas à forma de apuração e à coleta de informações. Com igual frequência, aparecem referências quanto ao tempo dedicado ao trabalho e ao espaço dedicado às reportagens investigativas” (Melo e Monteiro, 2014, p. 7). As autoras destacam, no Brasil, a definição de Sequeira (2005), que apresenta uma “proposta sutilmente diferente quando busca conceituar o jornalismo investigativo a partir dos métodos e estratégias utilizados pelos repórteres, assim como pelo conteúdo de reportagens” (Idem).

De fato, Sequeira (2005) constrói sua definição tendo como referência depoimentos de repórteres que vivem o dia a dia das redações; e pesquisas sobre o tema feita por teóricos em jornalismo. É a partir dessas falas que entende que a modalidade se define pelo seu conteúdo, por um olhar diferenciado do repórter ou equipe investigativa, pela leitura atenta de situações, dados, informações, entrevistas e observações, dando visibilidade àquilo que se oculta na realidade.

A base do jornalismo investigativo do novo século está construída em uma verificação precisa dos fatos e na independência obstinada, quer do repórter, quer da empresa a que está vinculado (...). É nesse momento que o jornalismo investigativo converte a imprensa e os meios de comunicação em geral em representantes legais dos interesses dos cidadãos (Sequeira, 2005, p. 113).

Assinalamos que ainda não há uma definição acabada sobre a modalidade. Sobretudo com o aumento do potencial investigativo feito pelo tratamento em bases de dados digitais, sua interpretação e cruzamento com outras realidades socioeconômicas e culturais, a partir do uso das possibilidades digitais no que se chama hoje de jornalismo de dados ou jornalismo em rede digitais. Entretanto, nosso propósito aqui é conectar as características do jornalismo investigativo já apontadas a determinadas práticas de reportagem realizadas em âmbito hiperlocal. Nessas, a cidade ocupa o posto de cenário de investigação, o que permite sua leitura social a partir das práticas atribuídas ao jornalismo investigativo.

### **A imprensa e a reportagem como organizadoras públicas do urbano**

Nem o jornalismo que nasce com a cidade moderna, nem a cidade moderna que precisa do jornalismo para se organizar, são os mesmos nesses idos do século XXI. A narrativa fragmentada do jornalismo online não provoca a mesma forma de contaminação do jornalismo impresso (Starr, 2009). Dentre as muitas hipóteses vigentes sobre o futuro do

jornalismo, ganha corpo a tese de que a imprensa terá de procurar seu leitor nas redes sociais (Baron in Colombo, 2016), atraindo-o para a notícia, uma “busca ativa” que representa uma flagrante reviravolta em tudo que se entende por cultura editorial – construída em quase dois séculos de “imprensa urbana”. Esta imprensa se traduzia por apresentar os fatos em editoriais que sugeriam um modelo de divisão do mundo. Formavam um mapa e criavam territorialidades (Mouillaud, 2002).

Temer assinala que “é na consolidação da cidade burguesa, com sua vocação para o comércio e a necessidade de troca de informações de forma mais rápida e organizada, que está a gênese do jornalismo” (2014, p. 135). O jornalismo informativo norte-americano, ligado ao ideal da reportagem objetiva, também se consolida neste panorama das necessidades comerciais da cidade burguesa. Dado o oceano de modelos que constituem a produção editorial nascida no final do século XIX, e consolidada no correr do século XX, urge frisar as relações mais íntimas entre cidade e imprensa. O objetivo é identificar os laços que não se diluem nem à força da chamada revolução digital ou da afirmação taxativa de que a internet é o novo espaço público (Mongin, 2014). Para tanto, apresentamos quatro observações fundamentais:

1. Mora no imaginário<sup>4</sup> (Wunenburger, 2007) da imprensa a associação entre *flanêur* e o jornalismo castiço. A expressão “lugar de jornalista é na rua” concorre para ser um dos bordões mais repetidos da história da imprensa (Junior; Ponte, 2010). Sobrevive mesmo a sua extemporaneidade – dado que hoje ser jornalista implica investigar orçamentos públicos, fazer curadoria de informações, “empacotar” e reindexar material jornalístico já publicado. Ainda assim, quando se pensa em uma definição plausível de jornalismo, recorre-se à imagem do repórter, seu entrevistado e a urbe – cenário por excelência do que se entende por imprensa (Berman, 1986).
2. Se as camadas mais densas que ligam a imprensa à cidade passam pelo mito andante de Baudelaire, o cronista pedestre e urbano (Benjamin, 2015) também atravessam os textos de Charles Dickens. Diante dele, a experiência da cidade ganha ecos literários e narrativos, mas também seu papel de denúncia da injustiça e da miséria. A imprensa ocupa o papel de “salvadora” dos mais vulneráveis, mas também ganha função epifânica. Está ali para surpreender, com a reportagem, ao perfilar os estrangeiros, os moleiros, os catadores de lixo, os que chegam aos portos (Lage, 2001; Antelo in Rio, 2008; Berman, 1986; Hobsbawm, 1995), cabendo-lhe a função de mediadora – mídia – entre aqueles que despertam curiosidade e os curiosos. Nessa troca, cabe ao jornalista escamotear a realidade.
3. Soma-se ao imaginário o caráter mais sociológico da imprensa urbana. O exemplo mais flagrante permanece sendo a Escola de Chicago – agora revisitada, depois de décadas em que foi reduzida a uma mera percepção evolucionista da sociedade americana pós-imigrações no início do século XX (Marocco; Berger, 2008). Robert Park entende a leitura de jornais entre os imigrantes como uma forma de se integrar à sociedade que os acolhia. Diferente das crônicas da Belle Époque – que têm na cidade um cenário –, no período pós-Park o que se tem são homens e mulheres que circulam pela cidade com um jornal debaixo do braço. Assim como montar um clube de futebol representava a superação de um estágio de pobreza implícita aos imigrantes, ler um jornal indicava estar apto para

fazer parte da comunidade urbana (Foer, 2005). Daí se pode demandar que não se é cidadão – no sentido de morador da cidade – sem ter algum tipo de relação com os jornais.

4. O imaginário urbano da imprensa também se nutre das visualidades modernas – a exemplo da obra de Manet e seu devaneio de olhares dos cidadãos – e das páginas da literatura. Num tempo de mobilidade restrita, a cidade é sobretudo a Paris de Balzac, a Nova York de Fitzgerald, a Lisboa de Pessoa, a São Paulo de Mário de Andrade, a Curitiba de Dalton Trevisan. Ao visitá-las, o viajante vinha imantado pelas descrições literárias de grandes escritores (Canclini, 2005).

As rupturas trazidas pela pós-modernidade, em tese, fraturaram essas associações. Não se tem mais a cidade orgânica (Sarlo, 2005), em torno da praça, mas a cidade arquipélago (Peixoto, 2004). Soa inverossímil no cenário atual, organizado pelas teclas de um smartphone, pensar num João do Rio, flanando pelas ruas de um Rio de Janeiro recém-apresentadas ao automóvel (Velloso, 2010). Ao mesmo tempo, nem o imaginário nem a memória riscam territórios dos seus mapas, por habitarem a esfera da cultura, cujas estruturas são mais duradouras (Williams, 2000). Permanece o incômodo da afirmação de Starr<sup>5</sup> (2009), de que não há cidade interessante no mundo que não tenha um jornal impresso com credibilidade.

Em suma, o jornalismo e a vida urbana representam uma dinâmica de inter-relações, que contribuíram decisivamente para a organização social do ambiente urbano, mesmo que tenham seguido ritmos diferentes (Temer, 2014). E é significativo perceber, que “no momento em que a vida das grandes metrópoles esteja ao mesmo tempo tão sofisticada e entremeadada pela tecnologia, quanto permeada de problemas que nos fazem questionar o seu funcionamento” (p. 130), constata-se, simultaneamente, que o jornalismo esteja também em processo de profundas mutações trazidas pelo uso das tecnologias digitais online e pelas novas formas de circulação e convergência tecnológica. Ambas colocam em crise o campo, seus habitus e sua cultura profissional. Tal cenário leva a um frenesi de busca por novos modelos de negócio, abalando o polo valorativo da imprensa.

Há, contudo, novos cenários. No lugar da literatura – batuta para orquestrar um olhar sobre a cidade – tem-se “jornalisms”, no que se refere à imprensa sensacionalista e televisiva. Emissoras de rádio e tevê, e jornais populares, tendem a provocar o medo, o afastamento da cidade e a redução da urbe a um lugar que deve ser evitado, por ter se tornado sinônimo de violência (Canclini, 2005). Ao lado de igrejas de apelo popular, o jornalismo acaba por fazer de conta que faz o papel da Justiça, mas sem efetividade no combate ao crime (Sarlo, 2005). Alguém que se renda ao noticiário há de construir ali um repertório urbano próprio, para o bem e para o mal. É por meio do filtro midiático que se constrói a rede de significados, afetos e saberes sobre a cidade. A “flaneria”, a seu modo reinventada, permanece o caminho mais curto para chegar ao urbano (Peixoto, 2004).

Ao analisar algumas características das relações estabelecidas entre os moradores das cidades — superficialidade, anonimato, relações transitórias, sofisticação e racionalidade — que se opõem a outras formas de urbanidades mais solidárias e interativas, Temer (2014) entende ser difícil não associar essas características também ao jornalismo: “Sobretudo a cidade, assim como o jornalismo, é a expressão do tempo vivido e acelerado. Tudo é importante, mas também tudo é rápido e tudo é fugaz” (p. 132), o que permite, mais uma vez afirmar, que o jornalismo é um processo comunicativo vinculado aos modos de viver no

urbano, sendo um dependente do outro. Infere-se também que características negativas da urbe, como o anonimato e a superficialidade das relações, exigem a organização das informações e sua circulação como requisito para a própria lógica organizativa urbana.

Mais importante que o registro da diversidade cultural da cidade é interpretar os sentidos da vida urbana. Paralelo à violência, à solidão, a cidade tem lazer e sociabilidade. As mazelas se somam os arranjos que as pessoas fazem para nelas viver — a paisagem urbana é resultado das mais diversas imposições vindas dos mais diversos atores, em sua complexa rede de trocas, socialmente construídas (Magnani, 2012).

A dinâmica urbana está marcada pelo binômio comunidade versus sociedade — o ponto de referência é o da ecologia. Trata-se de explicar a dinâmica urbana por meio de conceitos como dominação, invasão, sucessão, dominância e outros — diferentes formas que adquire a competição por espaço, recursos, controle político — que delimitam as “áreas naturais”, produzindo as diferentes “zonas” concêntricas da cidade. Aqui, comunidade é entendida como o resultado das relações simbióticas, ao passo que a sociedade depende da comunicação entre seus membros que compartilham atitudes, sentimentos, ideias comuns (Magnani, 1996).

As discontinuidades na cidade não têm razões naturais, como a topografia ou intervenções. Nasce, sobretudo, de diferentes formas de apropriação do território. O viaduto ou uma praça têm uma função, mas de repente viram trajeto de devotos; a esquina recebe despachos. “... são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer e assim por diante” (Magnani, 1996, p. 39).

Evidenciada essa complexidade subjetiva/social que entremeia toda a materialidade do território urbano, reafirma-se como a leitura da reportagem investigativa sobre a cidade permite seu desvendamento social pela criação de sentidos, bem como uma posterior organização aos olhos do cidadão-leitor.

### **Leituras sociais do ambiente urbano: análise**

A análise que segue parte da afirmação que o jornalismo é um diálogo social e também um código, “uma forma de retratar a realidade — que se estabelece a partir do domínio de um código anterior (a linguagem) (Temer, 2014, p. 140). Desta dupla codificação apontada por Temer (2014), depreende-se que a linguagem jornalística funciona “como um fator de inserção do indivíduo nos modelos de organização social moderna e/ou urbana” (Idem).

Reafirma-se aqui que o clássico “jornalismo de cidades”, caracterizado pela arte de flunar, de gastar sola de sapato, pela observação de tipos e pela manutenção da cidade moderna, tem de desenvolver outra performance, agora para responder à cidade contemporânea. Ela é fraturada, insulada, violenta, segregada. Tem espaços vazios. Debate-se com a mobilidade. Com a habitação. Cobrir a cidade exige investigá-la nas entranhas, de modo a manter suas conexões humanas e urbanas, no sentido culto da palavra. O jornalismo na nova ordem passa a refletir menos a cidade como fenômeno, a exemplo do que ocorreu no fim-de-siècle XIX/XX e mais como direito. Se a flanería caracteriza o jornalismo de cidades na modernidade, o jornalismo investigativo pauta o jornalismo contemporâneo voltado para as urbes.

Foram selecionadas como detentoras desta dupla codificação três reportagens, todas publicadas no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, Paraná: 1) “As ruas da amargura”, de Aline Peres e José Carlos Fernandes, publicada em 11 de abril de 2010. 2) “Seriam os curitibanos indiferentes?”, de Yuri Al’Hanati e José Carlos Fernandes, publicada em 23 de agosto de 2014. 3) “Quinze vilas em busca de uma história”, de Aline Peres, Katia Brembatti e José Carlos Fernandes, publicada em 9 de setembro de 2012. A interpretação das matérias decorre de observação participante, uma vez que as três reportagens tiveram como um de seus repórteres um dos autores deste texto. Baseou em dois focos de leitura: a das materialidades territoriais descritas nas reportagens — ruas, praça, vilas — e dos conflitos sociais da cidade, nesses três casos marcados pela violência.

As reportagens que se seguem trazem elementos fundamentais que explicitam a relação imprensa-cidade: 1) Partem de problemas urbanos reais, tais como a violência, a indiferença, as dificuldades em instalar a hospitalidade e a solidariedade como um elemento fundador da vida urbana. 2) Traduzem o grau de dificuldade que é entender as dinâmicas urbanas não como contingência, mas como condição (Mongin, 2014), sem a qual não se chega nem à comunidade nem à sociedade (Magnani, 1996). 3) Mostram que fazer coberturas de cidade é por tabela investigá-la em sua rede de relações — as novas redes superficiais, inclusive —, disposição sem a qual o trabalho jornalístico se torna agarrado ao presente, incapaz de perceber fenômenos que se instalam por trás dos fatos. 4) Revelam que não se faz jornalismo investigativo de cidades sem se ancorar em outros saberes. Conta a capacidade de analisar e curar dados, por exemplo, mas pesa sobremaneira criar vínculos com comunidades — tal como prevê o jornalismo cidadão, um dos braços da investigação urbana. 5) No jornalismo de cobertura de cidades, por fim, dialoga-se com o jornalismo profundo, o jornalismo da rua, o de Baudelaire e Dickens, lido por Benjamin, e dotado da inteligência de um sociólogo como Robert Park, que descreve de forma original e profética a associação entre cidade e ecologia (Marocco; Berger, 2008). 6) A rigor, muito material jornalístico publicado debaixo da editoria de cidade tende a encontrar pouca aderência na esfera investigativa, posto que costuma ser confundido com o cotidiano e o comportamental, dois elementos alheios ao aspecto extraordinário das grandes investigações. Pode-se afirmar ser isto uma meia verdade — o jornalismo de cidades é investigativo a seu modo. 7) As matérias selecionadas são uma amostragem de questões exploradas neste artigo — a dizer: as trocas simbólicas, as práticas relacionais e os compartilhamentos, entre outros elementos essenciais à ideia de cidade.

Reportagem 1: “As ruas da amargura” (11.04.2010)

A pauta em exame é reveladora e impactante: os índices de criminalidade, que em Curitiba e Região Metropolitana chegavam à casa das duas dezenas, em um único fim de semana, concentravam-se em 20 vias urbanas, prova de que o tráfico (principal motivador dos crimes) não costuma mudar de endereço. No total, no ano anterior da publicação, a Região Metropolitana de Curitiba tinha registrado 1.685 mortos, conforme a reportagem, número assombroso que virou uma contenda entre o governo do estado e a imprensa. A divulgação contínua desses dados era vista como uma perseguição da mídia.

A abordagem da reportagem se ancorou em uma pesquisa de David Weisburd, da Universidade de Jerusalém, que afirmou que 50% dos crimes ocorrem em 4% da malha urbana. Partindo da hipótese de Weisburd sobre a territorialidade do crime e sua concentração em uns poucos endereços, a reportagem regionalizou dados internacionais, fez prospecção

nas ruas que concentravam o ranking da criminalidade na área citada. Cruzou dados oficiais, dados paralelos e a voz dos moradores. Como resultado, emergiu a relação instantânea entre urbanização baixa e criminalidade alta.

Na prática, essa investigação revelou uma dinâmica peculiar da cidade – a complacência da população com as estruturas de criminalidade instaladas em periferias. O crime contava com parceiros silenciosos, garantindo sua repetição em dados territórios. Também mostrou o autoengano dos que se avizinham do crime, pois afirmam de modo recorrente que o problema não é na rua ou na quadra deles – o que constitui uma estratégia de defesa contra o impacto dessa realidade no cotidiano. Por sua disposição em entender o modus operandi dos traficantes, a matéria permitiu verificar redes de complacência e a falta de perícia da polícia, pouco atenta aos significados e implicações de homicídios que ocorriam, em parte, no mesmo lugar, as populares “ruas da morte” das periferias.

Reportagem 2: “Seriam os curitibanos indiferentes?” (23.08.2014)

A reportagem nasceu de uma afirmação do senso comum – a de que a classe média de Curitiba é insensível. Quatro pessoas de uma mesma família, incluindo um adolescente, foram chacinadas na Vila Osternack, ocupação habitacional entre os bairros do Sítio Cercado e do Ganchinho, na periferia da capital paranaense. No mesmo período, o corpo de um jovem assassinado alterou a rotina da Praça do Japão, na divisa dos tradicionais bairros do Batel e Água Verde. A praça concentra uma das maiores rendas per capita da cidade.

O burburinho e a indignação nas redes sociais foram desmedidos, no que se refere ao corpo estendido no chão da Praça do Japão. Mas invisível em se tratando da Vila Osternack, cujos contornos eram muito mais trágicos. O descompasso das reações serviu para alimentar o mito do curitibano alheio à dor do outro. Poderia ter dado origem a uma reportagem comportamental, “de cidade”, mas provocou uma investigação sofisticada, em que as estatísticas, a sociologia e a antropologia urbana e a investigação diluísem as interpretações prontas, a resposta fácil.

Para a cobertura, o primeiro passo foi formular perguntas elementares e procurar afirmativas com um mínimo de solidez. Seres humanos são sensíveis, ainda que nem sempre assim se manifestem (Sontag, 2003). Curitibanos são seres humanos, logo, tão sensíveis quanto a média mundial – a média de pessoas que por certo lamentam a morte de um adolescente de 14 anos, cujos pais tinham dívidas com o tráfico. O próximo passo foi tentar entender razões urbanas – ou seja, o caldo em que se misturam impotência diante da violência, memória, imaginário (comunidade imaginada) e territorialidade.

O empenho em investigar as determinantes sociais e culturais da cidade, seu funcionamento, e os gatilhos para a reação ou não reação diante de crimes violentos, levou a deduções no mínimo interessantes. Havia uma alta margem de probabilidade de que a Vila Osternack fosse uma abstração para a maior parte dos curitibanos. Em prospecções se verificou que nem os vizinhos a essa comunidade sabiam precisar onde ficava. Embora citada com frequência no noticiário policial, a Osternack não existe oficialmente no mapa da cidade, que diluiu as vilas em grandes bairros. Dela restou apenas uma piada – “Osternackistão”, repetida para endereçar qualquer crime ocorrido em área próxima, na qual vivem mais de 115 mil pessoas – o Sítio Cercado, conforme afirma a matéria. Como reagir a algo que não acontece num espaço mapeado e experimentado? Onde não se evoca a uma comunidade imaginada?

Em se tratando da Praça do Japão, a recíproca é verdadeira. O logradouro é ladeado pela principal canaleta exclusiva dos ônibus biarticulados. Ali passam as duas linhas que conduzem da Zona Sul, mais empobrecida, à Zona Norte, mais abonada, ao longo de 22 quilômetros. Usam as linhas Capão Raso-Santa Cândida e Pinheirinho nada menos do que 157 mil pessoas por dia, conforme apurou a reportagem.

Para esse grupo populacional todo, a Praça do Japão é um lugar palpável, bonito, cenário de todos os dias. A Vila Osternack, um território difuso, sensação agravada pela informação de que lá opera o tráfico de drogas. O crime organizado tende a provocar o escapismo, e não o envolvimento. O corpo na Praça do Japão, a essa altura, tinha todas as prerrogativas para se consagrar como o assunto da semana. E isso nada tem a ver com Curitiba insensíveis, mas com urbanidade e antiurbanidade (Davis, 2006).

### Reportagem 3: “Quinze vilas em busca de uma história” (9.09.2012)

A reportagem propõe um exercício jornalístico básico – fazer a pergunta essencial. O fato ocupou bastante espaço no noticiário. No contexto da criação das Unidades de Polícia Pacificadoras, as UPPs do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), do Paraná, lançou as Unidades Paraná Seguro (UPS), nascidas debaixo da teoria da polícia comunitária – em tese uma evolução do modelo carioca.

O primeiro território escolhido foi a ocupação Audi-União, no bairro do Uberaba, um conglomerado de 15 pequenas vilas, a maioria delas nascida do movimento de habitação organizado. Ou seja – no momento a ocupação, os sem-teto demarcaram o tamanho dos lotes, largura das ruas, áreas para equipamento público (escolas, unidades de saúde, praças), áreas de proteção ambiental, a exemplo de fundo de vale. Numa primeira visada, a Audi-União estaria longe de ser destinatária de uma UPS, mas não era o que os dados de criminalidade apontavam. Restava saber: por que aquela região se tornou tão violenta, quais suas múltiplas racionalidades (Secchi, 2006).

Todo o trabalho de apuração se deu no sentido de fugir aos espectros do jornalismo policial tradicional. Antes de fazer ranking de dados comparativos de homicídios, foi preciso entender quem eram os moradores e como se desenhava a geografia urbana e a urbanização da Audi-União. Foi graças a um estudo socioeconômico feito para o Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, do governo federal, que se pôde entender o perfil médio dos moradores: casais na faixa dos 30 anos, com até quatro anos de estudos, vindos da zona rural do interior do Paraná.

Bastava essa informação para afirmar que o congelamento promovido pelas forças de segurança – que operava de forma dramatizada – deveria ter vindo acompanhado de um reforço no sistema de ensino. A área em que vivem essas pessoas podia ver o crime reduzido, depois da UPS, mas seus moradores continuariam na informalidade, dada a baixa instrução, mantendo-se como alvo do tráfico, conforme a reportagem.

Os três repórteres fizeram turnos na área das 15 vilas, para captar as dinâmicas da comunidade. Um detalhe se tornou uma espécie de chave do problema: mais de uma vez por dia os trens da então América Latina Logística (ALL, hoje Rumo) faziam manobra na faixa que separa parte das vilas do tradicional bairro Uberaba. Todas as entradas ficavam fechadas. Alunos saíam da escola e se viam obrigados a pular os comboios ou a passar por baixo dos trens. Mesma situação cabia aos mais velhos. As deduções eram óbvias – nessas horas de

isolamento, a criminalidade ditava as regras nas vilas. De modo que assim como a violência se cruzava ali com a questão educacional, também cruzava com a urbanística (Agier, 2011).

As associações foram crescendo ao longo da apuração. Nas reuniões da comunidade junto aos policiais, por exemplo, aparecia na pauta muito mais o incômodo com o vizinho que escutava som alto e brigava com a mulher do que a atuação dos bandidos. A sensação de violência era muito maior nas relações mais próximas, cotidianas, do que nas estruturais. Os PMs, a propósito, não sabiam o que fazer com essa informação.

### Considerações finais

“As pessoas não têm consciência de que estão mais seguras por causa do trabalho do jornal”. A declaração é do diretor de Jornalismo da Universidade de Stanford (EUA), James Hamilton, autor de um estudo que contabiliza os ganhos econômicos e sociais para a sociedade advindos do jornalismo investigativo. Tal declaração funcionou como balizadora deste artigo que buscou reafirmar a importância fundamental da relação cidade-imprensa e de um jornalismo de cidade que vá além de coberturas de comportamento, ou de “geral”, no jargão antigo.

A reportagem sobre a cidade é uma prática investigativa complexa e agregadora para a promoção de políticas de bem-estar social urbano. À revelia dessa constatação, os investimentos em jornalismo investigativo são cada vez menores. Nos EUA, reitera Hamilton, tais montantes tendem a se limitar a jornais como *The New York Times* e *Washington Post*, o que redundava numa perda flagrante de benefícios para a sociedade.

Ao apresentar três reportagens investigativas selecionadas qualitativamente das páginas diárias jornal impresso de maior tiragem e circulação da capital do Paraná (que desde junho de 2017 deixou de ser impresso, passando a existir exclusivamente em versão digital), ilustramos aqui como tais reportagens se constroem pelo mapeamento territorial da cidade, relacionando a estas territorialidades mazelas sociais advindas de “não urbanidades”, de um urbano fragmentado que implica descontinuidades nos modos de viver a urbe. Este tipo de jornalismo, que exigiu investigação à moda tradicional, mesmo utilizando novos recursos tecnológicos, ao oferecer uma leitura social da cidade contribui para que o leitor se perceba como cidadão, ao mesmo tempo que abre espaço para a organização da cidade, por meio de políticas públicas.

No Brasil, ainda causa estranheza o sentido técnico da expressão “modelo de influência” (Meyer, 2007), posto que remete a uma questão retórica. A “influência”, nos termos do autor, é uma prática exata, capaz de mensurar a extensão e intensidade do trabalho jornalístico. A afirmação do jornalismo investigativo passa pelo desenvolvimento de estudos de influência, mas os critérios para se forjar um modelo de influência ainda são uma abstração, mesmo que se possa presumir que a reportagem investigativa tem elementos para gerar políticas públicas, alterar legislações, abalar comportamentos. Mensurar esse efeito – exigência do mundo do capital, que financia a notícia – exige destreza. Os efeitos são mais facilmente sentidos na esfera política, por exemplo, para as quais se voltam todas as forças do noticiário. Não é o caso das relações jornalismo/cidade. Essas tendem a ser tênues, exigem lupa e conhecimentos transversais, escamoteadas numa prática jornalística da cobertura de “geral”, ou nublada pela incompreensão do jornalismo vulgar sobre o sentido da palavra “cidade” (Martins; Luca, 2006). De modo que cobrir a cidade é investigá-la, não como um “furo”, mas como enigma, tamanha sua complexidade.

Todos os problemas – e soluções – do mundo passam pelas cidades (Wisnik, 2009). É nelas que serão resolvidos impasses do meio ambiente, da segurança pública, da inclusão social, dos deslocamentos e da mobilidade. Desse imenso campo de possibilidades demanda que as cidades contemporâneas são desafiadoras demais para que os efeitos da ação da imprensa investigativa se traduzam nas ruas, com a velocidade de uma campanha de marketing, por exemplo. Investigar o urbano exige disposição etnocêntrica e rigor sociológico, de modo a conjugar todos os verbos que formam o espaço citadino (Magnani, 1996). Sem esse empenho intelectual, perde a política, mas sobretudo perdem as cidades, como espaços por excelência em que o futuro está sendo plantado. Infere-se, por fim, que quando a imprensa tradicional abandona a cobertura da cidade, ganha espaço um jornalismo de baixo investimento e abuso de recursos de linguagem, nos moldes do jornalismo popular e sensacionalista, portanto, anti-investigativo.

Recebido em: 12 out. 2017

Aceito em: 19 abr. 2018

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/>

<sup>2</sup> A expressão está aqui utilizada no sentido de “neotribalismo” concebido por Maffesoli (2014) ao se referir a grupos urbanos que se agregam e se caracterizam “pela fluidez, pelos ajuntamentos pontuais e pela dispersão,” (p. 137).

<sup>3</sup> Park (1990) apresenta um conceito semelhante ao de “urbanidades” proposto por Netto (2012). Ele chama as interações sociais que ocorrem em ritmo acelerado no território urbano de uma “mentalidade”, um “estado de espírito” próprio das cidades.

<sup>4</sup> Entende-se aqui “imaginário” como um conjunto de produções mentais, visuais e linguísticas capazes de provocar uma função simbólica – cuja capacidade emocional e afetiva que tocam o indivíduo, de forma mais concreta do que abstrata (Wunenburger, 2007).

<sup>5</sup> Paul Starr é professor de Sociologia na Universidade de Princeton, nos EUA. É especialista em saúde pública, tendo recebido o Pulitzer de 1984 pela obra *A transformação social da medicina*. Estuda a evolução social do liberalismo.

## Referências

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nomes, 2011.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ANDERSON, Benedict.R. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Verso, 1991.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CANCLINI, Néstor G. O papel da cultura em cidades pouco sustentáveis. In: SERRA, Mônica (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Estúdio Nobel, 1993.

CASTELLS, Manuel. **The informational city**. Oxford, UK; Cambridge, MA: Blackwell, 1989.

CHARTIER, R. A mão do autor e a mente do editor. SP: Unesp, 2014.

COLOMBO, Sylvia. As pessoas esperam que as notícias venham até elas, diz editor do Washington Post. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 10 out. 2016. Mercado, p. 12.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FOER, Franklin. **Como o futebol explica o mundo**: um olhar inesperado sobre a globalização. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Mauro. PONTE, José Roberto de. **Lugar de repórter ainda é na rua**: o jornalismo de Ricardo Kotscho. Rio de Janeiro: Tinta Negra Editorial, 2010.

LAJE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia urbana. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2012.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J.G. TORRES, L. Lucca (orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Ed. USP/Fapesp, 1996.

MAROCCO, Beatriz. BERGER, Christa. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MARTINS, Ana L. LUCA, Tania R. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

MELO, Seane A. MONTEIRO, Lieli, L.M. **Os mitos sobreviventes de Watergate e suas implicações no jornalismo investigativo atual.** Anais do I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Abraji. São Paulo, 24-26 jul 2014.

MEYER, Phillip. **Os jornais podem desaparecer?** Como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana:** a cidade na era da globalização. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2014.

MOUILLAUD, Maurice. PORTO, Sérgio (orgs.). **O jornal:** da forma ao sentido. Brasília: Ed. UnB, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. In: AGUIAR, D.; NETTO, V. M. (Org.). **Urbanidades.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

PARK, Robert. La ville comme laboratoire social. In: GRAFMEYER, Y. e JOSEPH, I. L. **L'école de Chicago.** Paris: Aubier, 1990.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas.** São Paulo: Ed. Senac, 2004.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SARLO, Beatriz. **Tempo presente:** notas sobre a mudança de uma cultura. Trad.: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2005.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo Investigativo:** o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus, 2005.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STARR, Paul. JOHNSON, Steven. Cartas bomba. **Folha de S. Paulo.** São Paulo, 10 mai. 2009. Caderno Mais, p. 4 e 5.

SÜSSEKIND, Flora. **Cinematógrafo das letras:** literatura, técnica e modernização do Brasil. SP: Companhia das Letras, 1987.

TEMER, Ana Carolina Pessoa. **O jornalismo e a cidade**: vínculos e desafios. In: PAIVA, Raquel.; TUZZO, Simone. **Comunidade, mídia e cidade**: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014. p. 127-150.

VELLOSO, Monica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, C. VELLOSO, M.P. LINS, Vera. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

WISNIK, Guilherme. **Estado crítico**: à deriva nas cidades. São Paulo: Publifolha, 2009.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. **O imaginário**. São Paulo: Ed. Loyola, 2007.